

A Nação Cabo-Verdiana e os Desafios da Globalização*

Onésimo Silveira

O conceito de nação está quase sempre associado ao edifício político-jurídico do Estado. Trata-se, com efeito, de um conceito que, apesar de generalizado, é pouco preciso no vocabulário da teoria política e das ciências sociais. O direito internacional público, bem como o direito político interno, não lhe consagram uma definição rigorosa, isto é, uma definição capaz de resistir à evolução dos tempos e às flutuações ideológicas que dão perfil próprio aos próprios políticos.

Teorias diferentes, em contextos também diferentes, conferem significados diversos ao conceito de nação. Essa indefinição tem estado no centro das convulsões que têm sacudido a humanidade através dos séculos e até aos nossos dias. Na falta de uma definição, tende-se a considerar a nação como uma dada população, ocupando um território determinado e possuidora de um certo número de qualidades e características capazes de lhe conferir um elevado grau de homogeneidade. Uma dificuldade inerente a esse conceito reside, todavia, na definição daquelas qualidades e características. Podem abraçar a língua, a religião, a raça ou a identidade da cultura.

* Comunicação apresentada à Academia Internacional de Cultura Portuguesa, em Lisboa, a 29 de Janeiro de 2003.

Esta abordagem é absolutamente utilizada porque as qualidades e as características que ela põe em relevo são elementos enformadores do conceito clássico de nação, de raiz e perfil ocidental. Mas na realidade, nem língua, nem religião, nem raça preenchem, isoladamente ou em conjunto, os requisitos para gerar uma nação. São os factores políticos e psicológicos aqueles que afinal marcam de forma determinante a génese da nação e a sua evolução. Por outras palavras, uma nação é quase sempre um produto da história e da cultura. A comunidade de tradições e de condições de vida no mesmo quadro ambiental é o mais forte elemento gerador do sentimento de pertença nacional.

Ao assinalarmos que o conceito de nação está quase sempre associado ao edifício político-jurídico do Estado, estamos a admitir implicitamente que a nação está na génese do Estado. Esta é de facto a regra. A história regista, porém, algumas notáveis excepções, isto é, exemplos de Estados que preexistem às nações. Nesses casos é a organização política a geradora do sentimento nacional. Segundo a famosa formulação de Lapradelle, há nações que «continuam a viver no sepulcro dos Estados mortos», nações que ressuscitam das cinzas do Estado que lhes emprestou uma moldura institucional. A nação polaca é apontada como exemplo clássico de sobrevivência às contingências nefastas por que tem passado o Estado da Polónia, violado através da história e integrado em soberanias externas.

O continente africano depois da Europa pós-renascentista vem sendo palco

de intermináveis dramas, com a nação a desempenhar um papel de primeiro plano. Perante a fluidez das circunstâncias e a pluralidade dos elementos que geram a nação e determinam a sua evolução, o tratamento do conceito de África subsaheliana abre as portas de uma vasta área temática que tem absorvido a atenção de um elevado número de estudiosos das realidades africanas, sobretudo no período pós-independências, que se situa geralmente nos anos 50.

Alguns dos elementos caracterizados da chamada nação africana que a seguir analisamos poderão fazer parte de lugares comuns, de veleidades ideológicas encobertas por um manto diáfano de fantasia científica, para parafrasear a célebre tirada queiroziana. É neste universo conceptual que se tem cometido muitas vezes o erro de analisar, mecanicamente, o caso da nação cabo-verdiana, uma nação crioula, a primeira dos trópicos, fruto da tenacidade portuguesa e do negro em transcender a sua situação de escravo pela alforria e a miscigenação.

Dada a composição social específica da grande maioria dos países africanos a sul do Sara, o conceito de nação emergente na década de 1950 afasta-se do conceito de nação da Europa do século XIX, quando o fenómeno nacional culminava um longo período de tradição política. Na Europa Ocidental, as nações desenvolviam-se num quadro constitucional temperado pela experiência política de grupos culturalmente homogéneos e senhores de uma consciência nacional. Na África a sul do Sara, a construção e a preservação da nação

constituíam um objectivo programa de líderes governando populações formadas por grupos heterogêneos destituídos, na maioria dos casos, de uma consciência nacional.

As discrepâncias conceptuais que assim resultam de uma nação europeia e uma projectada nação africana são explicadas pela pluralidade de significações atribuídas à palavra nação. A leitura política do termo nação torna-se obscura, já que ele é utilizado indiscriminadamente, por vezes como um conceito de teoria política, outras vezes como instrumento da retórica político-ideológica.

De acordo com alguns investigadores africanos, a nação africana é um facto histórico que precedeu a chegada do colonialismo ao continente. A tese de Cheikh Anta Diop fornece um exemplo dos que situam as raízes da nação africana na era pré-colonial. No seu tratado *Nações Negras e Culturas*, o historiador senegalês recorre a um conjunto de factos históricos que, na sua perspectiva, conferem excelência à nação africana. Cultura, língua e etnologia são parte dos argumentos por ele invocados para justificar a existência da nação africana. Esta sua caracterização leva-o a pôr em causa a honestidade intelectual dos historiadores do Antigo Egipto, que acusa de «branquear» a sua história a fim de «retirar aos negros o benefício moral da sua contribuição para as culturas egípcias e africanas». O conceito de nação de Diop é de natureza eminentemente subjectiva.

No seu tratado sobre a génese e a formação do Estado africano, P. F. Go-

nidec estudou as complexidades inerentes ao conceito de nação. Nele argumenta:

«A nação é um fenómeno de natureza sociológica, formado por elementos diversivos e coesivos, uns de carácter espiritual, outros de carácter material. A redução da nação a um único desses elementos constitui um erro. Outro erro consiste em deixar de reconhecer que os elementos constitutivos da nação se encontram em interacção permanente. Finalmente, não se pode perder de vista que a nação não é um fenómeno espontâneo, mas sim um produto da história. É deste ponto de vista que se pode falar de comunidade histórica».

As características objectivas e subjectivas da nação moderna coexistem nos territórios descolonizados, onde uma «quase-nação», segundo a expressão de Gonidec, é um produto cuja existência deve ser atribuída à acção unificadora do colonialismo. Os instrumentos desta acção unificadora são designadamente o território, a cultura e a economia, que não actuam separadamente, mas sim de forma interdependente. Todos esses elementos fazem parte de um quadro enformador de modelo europeu.

Para Mamadou Dia, outro estudioso senegalês, a nação africana existia mesmo antes do impacto colonial. Os elementos ou factores enumerados por Gonidec teriam contribuído tão «somente para despertar a nação africana e lhe insuflar um novo espírito». Enquanto que, para Gonidec, a nação africana resulta

da conjugação de factores europeus ligados ao colonialismo, para Mamadou Dia o problema é apresentado diferentemente, em moldes que contrastam com os de Gonidec. A questão central, diz Dia, não consiste já, independentemente da exclusividade dos conceitos europeus. Essas nações africanas, tal como afirmava Dia, estavam em sintonia com as realidades sociais e espirituais que conferem perfil diferenciado ao mundo negro.

O modelo de nação africana proposto por Mamadou Dia está obviamente envolvido em misticismo e aproxima-se do modelo árabe, a «Umma» de inspiração religiosa, baseada na comunidade de crentes.

Para Samir Amin, a nação africana nada tem de místico. A sua leitura marxiana da nação africana enquadra-se dentro de um processo histórico de configuração materialista. A nação, do seu ponto de vista, é «um fenómeno social que pode fazer a sua manifestação em qualquer história». A diferença entre grupo étnico e nação é, para Amin, de natureza económica e reveste-se de um carácter circunstancial: a nação abarca todos os atributos étnicos e é caracterizada pelo aparecimento de um Estado dotado de classes sociais, o qual, além de controlar o aparelho político-administrativo, assegura a unificação económica para a vida da comunidade. Amin vai mais longe ao afirmar que a nação pode despontar em sociedades pré-capitalistas, com uma classe capaz de controlar o poder e de assumir uma função unificadora no quadro das formações pré-capitalistas.

O nascimento e a consolidação dos Estados históricos do Gana, do Mali e do Songhay é fruto que Amin atribui à existência de uma classe de comerciantes que durante um longo período conseguiu conservar o poder e funcionar como uma força unificadora ao longo das fronteiras meridionais do Sara. As formas embrionárias de nação que surgiram nesses Estados acabariam, segundo Amin, por desaparecer com a invasão do islamismo expansionista, que se entregou à venda de escravos para as Américas muito antes da manhã colonial.

A conceptualização materialista de nação africana de Samir Amin está em contraste flagrante com a de Leopold Sédar Senghor, que é idealista e de acento hegeliano. Com o propósito declarado de se servir de rigor intelectual, Senghor julga necessário projectar o seu conceito de nação africana no conceito mais abrangente de Mãe-Pátria, ao qual ele associa um substrato étnico. «A Mãe Pátria é o País Serer, o País Malinke, o País Sonhrai, o Mossi, o Baoule ou o Fon». Mais do que o somatório destes grupos étnicos, a nação transcende-os. A nação implica uma força para «construir» e «reconstruir», e é, por isso, mais do que uma expressão do meio, condicionado pelo determinismo dos factores naturais. A transcendência dos grupos étnicos constitui, para Senghor, uma manifestação do espírito nacional. Com recurso à sabedoria popular, afirma que o Estado é para a nação «o que o construtor é para o arquitecto».

Os textos dos teóricos da nação africana atrás esboçados constituem obvia-

mente matéria para mais de uma interpretação. Com excepção de Gonidec e Senghor, a nação africana é, para todos eles, um pressuposto, uma realidade subjacente ao Estado, uma espécie de «o Estado existe; logo, a nação também existe».

Nenhum daqueles textos proporciona um figurino à nação cabo-verdiana, *melting pot* em que as culturas em presença se foram fundindo progressivamente, acabando por configurar a génese de um acto pioneiro de globalização cultural e biológica. O processo inicial da construção da sociedade cabo-verdiana centrou-se não em realidades tribais tributárias de uma arquitectura sacralizante do poder, mas sim em dois vectores primordiais de uma Europa em busca de expansão e novos protagonismos: a Igreja e a Administração a ela umbilicalmente ligada.

Do abraço entre o escravo e o seu senhor, do cristão missionário e do negro sem retaguarda, do governador e da concubina, do padre e do leigo acabou por nascer o cabo-verdiano que iria resistir tenazmente às garras devoradoras das secas para se afirmar como senhor de uma língua, crente em um só Deus, atirado sobre uma pátria de pedra, no meio do mar, por obra e graça d'el rei.

Na rota das descobertas, Portugal, sem o desejar ou planificar, criou uma

nação de tipo novo, onde o mestiço acabaria por destronar o branco e transcender o escravo dentro de um quadro geográfico sacudido pelo determinismo incontornável das fomes que constituíram o elemento estruturante da sociedade cabo-verdiana. A nação cabo-verdiana, cujos elementos caracterizadores fundamentais revelam traços acentuadamente portugueses, esperou cerca de cinco séculos para vestir a roupagem institucional e constitucional de um Estado independente.

O processo inicial da construção da sociedade cabo-verdiana centrou-se não em realidades tribais tributárias de uma arquitectura sacralizante do poder, mas sim em dois vectores primordiais de uma Europa em busca de expansão e novos protagonismos: a Igreja e a Administração a ela umbilicalmente ligada.

Sendo tributária de contribuições étnicas diferenciadas, a sociedade cabo-verdiana é, no entanto, detentora de padrões de comportamentos e de culturas que destacam, com particular relevo, a sua raiz europeia. Pode-se mencionar, neste particular contexto, a língua, os festejos juninos, a estrutura familiar celular, a religião e a incontornável apetência para se sentir cidadão do mundo. Parece, pois, não haver dúvidas quanto à especificidade da nação cabo-verdiana e do figurino que mais se ajusta à sua gestação histórica, individual e colectivamente assumida.

Há pois que defender esse património de séculos perante os desafios actuais da globalização, um processo transformador e indutor de mudanças

políticas, económicas e sociais em todo o mundo. Cabo Verde tem que fazer face aos desafios da globalização, fazendo prova de coragem e visão políticas tomando em tempo útil as medidas que lhe assegurem uma posição digna no mundo globalizado.

Daí a razão da procura de um vínculo à União Europeia, anunciada recentemente pelo primeiro-ministro José Maria Neves, como prioridade da política externa de Cabo Verde. Trata-se não

de uma miragem, mas de um imperativo nacional ditado pela lógica envolvente do processo globalizador. A conquista

Daí a razão da procura de um vínculo à União Europeia como prioridade da política externa de Cabo Verde. Trata-se não de uma miragem, mas de um imperativo nacional ditado pela lógica envolvente do processo globalizador.

de um tal vínculo representaria certamente uma das mais nobres conquistas do nosso país, neste início de século. Esse vínculo permitiria transformar Cabo Verde de fatalidade a um tempo

inquestionável e insuperável em realidade periférica (ou ultraperiférica), com a centralidade em Portugal como ancoradouro histórico e cultural.